

Entrevista

Antonio Ibañez Ruiz

por Marcos Cripa

REITOR PRECISA TER REPRESENTATIVIDADE



Espanhol de Madri, aos 17 anos de idade Antonio Ibañez Ruiz imigrou para o Brasil para se juntar aos pais que já moravam no interior de São Paulo. Da loja de confecção do pai em São Carlos guarda lembranças de balconista e empacotador. Esta foi sua única experiência profissional antes de se formar engenheiro mecânico pela USP, em 1966. De lá para cá, Ibañez se dedicou à educação e ao movimento docente. Ex-diretor do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes) e da Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (Adunb), foi o primeiro reitor eleito através de voto paritário na Universidade de Brasília (UnB), em 1989. Atualmente, Ibañez é Secretário de Educação do Distrito Federal (gestão Cristóvam Buarque/PT) e, nesta entrevista, fala do processo de eleição de reitores no Brasil. Ele defende um processo mais democrático, mas não apresenta uma receita pronta para resolver a questão. Afirma, no entanto, que o reitor conduzido ao cargo por um reduzido conselho enfrenta maiores dificuldades que outro, eleito com a participação da comunidade.

Adusp - Faça uma análise do processo de eleição de reitor no Brasil.

Ibañez – Acho que nunca podemos ser imediatistas. Quando analisamos a democratização das universidades em nível nacional, sejam elas federais, particulares ou estaduais, temos de analisá-las como um processo. Logo quando saímos da ditadura militar, acredito que havia uma vontade muito grande de participação na escolha dos dirigentes; as reivindicações eram muito claras, muito bem definidas, e muitas universidades... digamos, “pegaram”, vamos dizer assim, no sentido de que foram implementadas essas reivindicações. Mas eu não digo que aquele primeiro momento tenha sido o melhor, digamos que tenha sido o mais democrático. Acho que estamos ainda num processo. E como todo processo, há avanços e retrocessos. No caso da Universidade de Brasília, nós tivemos uma... duas... três eleições paritárias. Era isso que a comunidade queria? Era isso, não tenha dúvida, pelo menos não havia demonstrações de que não se queria. Havia demonstrações, talvez, da existência de alguma limitação. Isso ficou muito claro na última eleição que foi paritária. Houve reclamação de que os candidatos deveriam ser professores. Isso foi percebido, porém, depois que o processo já estava em andamento. Tivemos, agora, uma mudança em função da lei federal. Houve uma mudança segundo a qual o peso dos professores é muito maior do que o peso de

funcionários e estudantes. Não gostaria de ser pretensioso, de dizer que o melhor caso, ou a forma ideal, seria 1/3, 1/3 e 1/3. Isso se experimentou em algumas universidades, mas eu acho que qualquer mudança, desde que ela venha dentro de uma avaliação para se saber de que forma a universidade responde, e qual é a avaliação não só da comunidade mas da sociedade em relação ao processo, é válida. Sempre fui favorável à eleição paritária.

Adusp - A Lei nº 9.192/95 estabelece peso de 70% para os docentes e 30% para alunos e funcionários. Portanto, do ponto de vista legal, não se prevê a questão da paridade. Quando a paridade ocorre, acaba sendo de maneira informal.

Ibañez – Concordo plenamente. Na realidade, tanto agora quanto antes, e mesmo antes da democratização, o que prevaleciam eram as deliberações da comunidade, que fazia uma consulta e, a partir daí, o colégio eleitoral especial fazia cumprir a lei. Fazia-se a consulta à comunidade e o colégio eleitoral homologava a vontade da comunidade.

Adusp - O modelo ideal não é transformar essa informalidade em lei?

Ibañez – Sim, não tenha dúvida, mas o importante é que a comunidade realmente chegue à conclusão quanto à forma ideal de fazer a eleição, certo? Por que o professor tem de ter mais peso? Por exemplo, eu ouvi muito que os funcionários eram corporativos

e que fechavam em torno de um nome... estou falando de modo genérico... então eles fechavam num nome e, claro, fechar num nome quando se tem um peso de 1/3 acaba influenciando muito. Hoje, depois de alguns resultados de eleições em que não houve paridade, percebe-se que o voto do professor também não é assim tão puro, digamos, tão acadêmico, tão idealista, que busca a perfeição da universidade. E, às vezes, muitos professores votam naquele candidato que oferece as melhores condições, que vai resolver os problemas do ponto de vista pessoal do professor. Vai dar casa, vai dar xérox para todo mundo, enfim, que diz que vai aumentar os salários, quando a gente sabe que aumento salarial não é simplesmente resultado de decisão ou vontade do reitor. Questiono, agora, se realmente o voto do funcionário é muito corporativo, ou se também o voto do professor, às vezes, é muito pessoal, muito individualista, muito interesseiro. São questões que têm de ser colocadas no papel e têm de ser discutidas. Se já levamos três gerações de reitores que foram eleitos, penso que, pelo andar da carruagem, vamos levar ainda outras três para chegar a um ponto que possa ser o ideal, pelo menos o mais discutido.

Adusp - As consultas informais, na verdade, acabam burlando a lei. O que fazer para acabar com essa conduta?

Ibañez – Tem de ter uma lei que realmente reflita os anseios da

comunidade. Aí, sim, aí certamente a lei não será burlada. Mas tem que se trabalhar para que haja entre as comunidades, o poder executivo e o poder legislativo, um acordo para que a lei seja implementada, seja respeitada, seja aquela que a comunidade deseja.

Adusp - Se você tivesse condições de apresentar um projeto à Câmara ou uma proposta ao Ministério da Educação, quais seriam suas sugestões?

Ibañez – Não tenho esse modelo na cabeça, mas uma coisa eu lhe falo: me senti muito satisfeito de participar de uma eleição paritária, porém, frustrado quando, depois da eleição, depois de consultar as forças para fazer uma composição, para montar a equipe, a minha equipe se sentiu totalmente isolada. Ou seja, todo mundo age como se fosse uma pessoa individual, sem continuar pensando que aquela eleição se deveu, digamos, à predominância de uma força política, que não é político-partidária, mas é uma força política que defendeu um programa. Ou fazendo críticas, ou apoiando, mas devem estar presentes permanentemente. A frustração é muito grande quando você se sente sozinho. Você tem um programa, que quer implementar, mas não tem nem apoio nem crítica. É como se estivesse no limbo. Do ponto de vista político, você se sente flutuando. Por isso, insisto que as eleições não resolvem a situação do trabalho político da universidade, nem o trabalho político-social da universidade.

Adusp - Esse isolamento a que você se refere quando reitor da UnB se deu porque a eleição foi paritária, portanto democrática, ou porque outras forças atuaram durante o processo?

Ibañez – Se deu porque as pessoas, depois da eleição, não sentem mais responsáveis. Acham que a partir de um determinado momento cabe a quem foi eleito tocar o trabalho. E não é bem assim, as pessoas devem participar. Quando fui reitor, procurava de todos os meios fazer com que a universidade estivesse presente e saísse na mídia pelos projetos que fazia, pelos trabalhos que desenvolvia. Quando você trabalha para que a universidade apareça, não está trabalhando para que o reitor apareça; está trabalhando realmente para que apareça a universidade. Você acaba valorizando os que fazem a universidade, que são os departamentos, as faculdades etc. Mas, agora que a gente vê de fora, percebe que, por mais esforço que se faça, a presença da universidade é tão pequena na sociedade. A universidade tem uma importância muito grande dentro do mundo acadêmico, mas sentimos falta de uma inserção na sociedade como um todo.

Adusp - Isso não se dá, em parte, devido à falta de um modelo de universidade que tenha esse objetivo? A universidade não é fechada no seu próprio umbigo, no seu próprio interior?

Ibañez – Acho que não é só modelo. Você pode ter o modelo ideal, mas se não tiver essa força

interna de participação, de vontade de levar o modelo em frente, continuará distante da sociedade. E mais, os próprios governos também têm de ter esse entendimento. Pode-se pensar no modelo ideal da universidade, mas se não tiver tudo isso aí, a universidade vai continuar fechada dentro de seus muros. Por muita força que se faça, meia dúzia de professores que vão para fora, que fazem um trabalho com a comunidade, trabalho de extensão... isso acaba ficando simplesmente como um trabalho individual. É tão pouco, é uma gota d'água.. Isso é extremamente valioso, não estou criticando, ao contrário, acho que tem de ser valorizado, mas falta muito ainda para que se reconheça o trabalho da universidade. Acho que tem de haver uma conjunção de forças muito maior do que isso daí.

Adusp - Essa conjunção de forças passa por amplos espaços democráticos dentro da universidade?

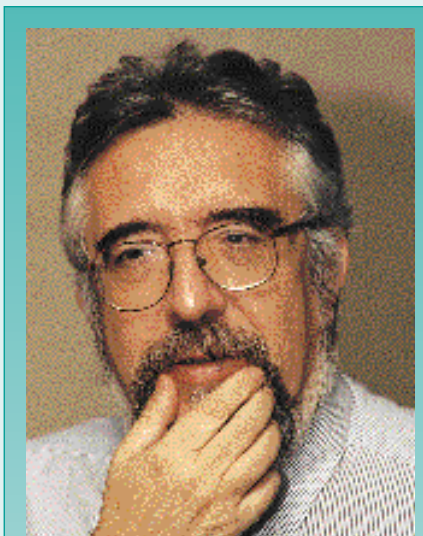
Ibañez – Claro. Tudo passa por espaços democráticos. Dentro da universidade, dentro da sociedade, os poderes também têm de entender isso daí. Enfim, passa, eu diria, por uma mudança de tudo, desde o ponto de vista ético até o ponto de vista político e partidário.

Adusp - Como mudar se não há debates democráticos e o governo federal conduz as mudanças conforme seus próprios interesses?

Ibañez – O que falta são políticas públicas articuladas e que tenham prioridades. Eu só vou lhe

dar um exemplo: o Brasil precisa de professores de 2º grau de áreas específicas, como física, química, matemática, biologia e algumas línguas — idiomas. Agora, todo mundo sabe disso, os Estados sabem, as universidades sabem, o governo federal sabe, mas não se faz nada que realmente leve a alguma ação emergencial, que leve a que isso seja diminuído ou eliminado com o tempo. Nós precisaríamos de uns 500 mil professores no Brasil inteiro. Mas qual é a política que incentiva que isso aconteça? Nenhuma. É claro, os baixos salários são uma realidade, mas não é só. A gente está percebendo como, às vezes, um projeto político-pedagógico também acaba motivando muito o professor. Ou seja, o salário é importante, mas ele, professor, também tem de sair do marasmo, tem de enxergar que ele também é valorizado do ponto de vista profissional. Eu citei esse exemplo porque para mim é muito típico. Ou seja, se o Ministério da Educação quisesse enfrentar esse problema da falta de professores, ele tinha de trabalhar alguns programas em conjunto com as universidades que incentivassem os alunos a cursar as licenciaturas.

Adusp - Quando você fala em “universidades” acaba generalizando e se esquecendo delas enquanto instituições. Na realidade, elas são constituídas de reitores, pró-reitores e Conselhos Universitários. É dentro dessa realidade que estamos discutindo. Tudo isso passa pela estrutura de poder



Nós precisaríamos de uns 500 mil professores de 2º grau no Brasil inteiro. Mas qual é a política que incentiva que isso aconteça? Nenhuma.

dentro da universidade.

Ibañez – Tem toda razão... e vou lhe dar mais um exemplo: eu me elegi com uma das bandeiras que era defesa dos cursos de graduação e eu batalhei isso dentro da universidade, vencendo inclusive um preconceito muito grande porque eu fui acusado, desde a minha eleição até a posse, de que ia acabar com os cursos de pós-graduação. Isso tudo pelo simples fato de eu dizer que iria dar prioridade aos cursos de graduação, o que realmente acabou acontecendo. Criamos sete cursos de graduação e ainda no noturno, coisa que na Universidade de Brasília era também um certo tabu. Cursos de graduação de física, química, matemática, pedagogia, artes plásticas, en-

fim, os cursos que realmente se sabia que precisava aqui no Distrito Federal. Agora, você tem razão quando diz que isso tudo passa pela eleição democrática, não tenha dúvida. Há, ainda, que se valorizar as eleições para os órgãos colegiados. Enfim, todo o espaço democrático tem de ser valorizado.

Adusp - A quem compete desencadear o processo de debate sobre a democratização da universidade, notadamente na questão da eleição dos reitores?

Ibañez – Acho que a responsabilidade é de todos e não só do poder executivo. Acho, ainda, que cabe ao poder legislativo uma participação maior nesse debate. Agora, penso que perdemos uma grande oportunidade logo após sairmos da ditadura. Muitos acreditaram que só o fato de existirem eleições resolveria o problema. Os dirigentes, e aí eu me incluo, não foram capazes de passar a imagem de que a eleição por si só não iria resolver todos os problemas. É muito mais do que isso daí; a eleição faz parte do processo.

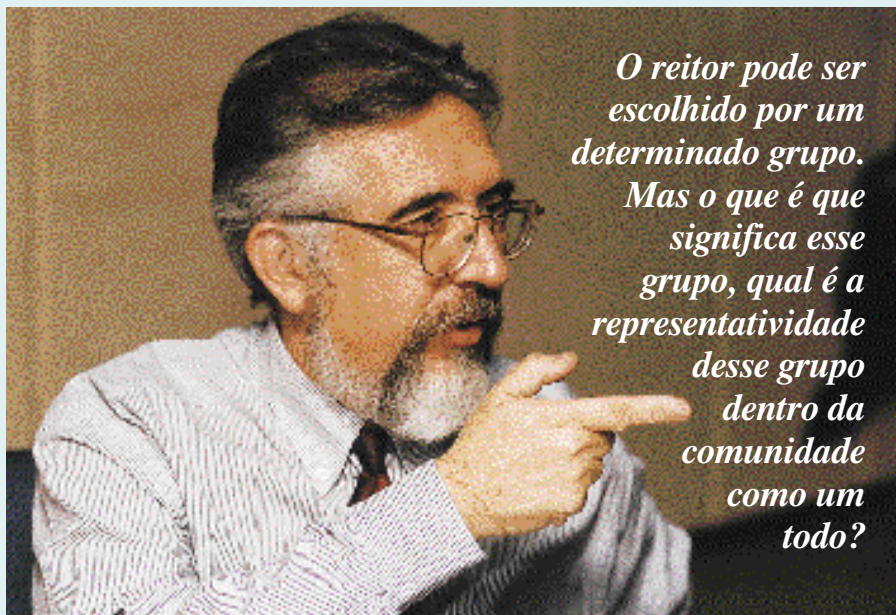
Adusp - Você acredita que os governos federal e estaduais demonstram interesse em debater a questão da democratização da eleição de reitores, e mais a democratização no interior das universidades?

Ibañez – Não, não há grandes interesses do poder executivo em que haja essa discussão e aconteçam as eleições. A impressão que dá é que isso não é prioridade. Nós tivemos uma oportunidade de continuar mantendo esse pro-

cesso na mão, mas a comunidade, por falta de participação, acabou deixando um espaço vazio, e em política você não tem espaço vazio. Então, esse espaço acabou sendo ocupado pelos dirigentes e pelos próprios dirigentes do poder executivo no nível federal, que acabaram impondo os seus pensamentos e propostas. Acho que todos nós temos uma certa culpa por não termos avançado como no início. Acho que cabe agora uma retomada. Isso é extremamente importante, mas está faltando que alguém enxergue o país daqui a 30 ou 50 anos. Quem é que pode pensar o país daqui a 30, 50 anos? É o poder executivo federal que tem quatro anos e agora passa a ter a possibilidade de mais para poder implementar essas políticas? Os partidos políticos estão pensando nesta questão? Talvez alguns estejam, mas acredito que as universidades poderiam exercer um papel extremamente importante nesta questão. É extremamente importante que seja repensado o papel da universidade. E mais, que país que se quer?

Adusp - O que facilita para um reitor ser eleito de forma democrática? Muda a forma de se relacionar com a comunidade?

Ibañez – O fato de ter sido eleito dá respaldo e uma segurança muito grande. O interlocutor do reitor sabe que ele foi eleito por ter algum valor e mesmo que essa pessoa não enxergue diretamente esse valor, ela sabe que ele tem algum valor porque foi eleito.



O reitor pode ser escolhido por um determinado grupo. Mas o que é que significa esse grupo, qual é a representatividade desse grupo dentro da comunidade como um todo?

Adusp - Isso muda a relação com os interlocutores?

Ibañez – Sim, você passa a ter uma segurança do ponto de vista de que, querendo ou não, você está representando uma comunidade. Isso é extremamente importante. O que não significa que você, às vezes, não venha a ter posições até contrárias a essa comunidade em função de que você possa até enxergar um papel maior da universidade dentro da sociedade ou da comunidade local. De qualquer forma, ser representante da comunidade é extremamente importante.

Adusp - O reitor que é levado ao cargo por um reduzido conselho enfrenta mais dificuldades?

Ibañez – Acho que ele tem muita dificuldade e vai se sentir, mesmo que não declare, restrito na função porque não sabe o que é que pensam a seu respeito os diversos setores, ou a comunidade como um todo. O reitor pode ser escolhido por um determinado

grupo. Mas o que é que significa esse grupo, qual é a representatividade desse grupo dentro da comunidade como um todo?

Adusp - A Andes defende que a autonomia das universidades seja plena. Ou seja, que todas as questões devam nascer e morrer no âmbito da própria universidade. Portanto, a eleição de reitor nas federais não precisaria ser referendada pelo MEC e, no caso das estaduais, não deveria ser encaminhada aos governadores para aprovação e indicação. Quando você participou da direção da Andes você comungava deste mesmo pensamento. Gostaria de saber se você mudou de opinião.

Ibañez – Mudei um pouco em relação a isso. Quando se participa de um processo onde o reitor, apesar da eleição, é indicado pelo Presidente da República, não significa que isso vá interferir na autonomia da própria universidade. Eu, por exemplo, enquanto reitor da UnB, entrei com um mandado

de segurança contra o Ministro da Educação. O fato de eu ter sido indicado não impediu que eu tivesse posições contrárias ao Ministro. E fui até as últimas consequências; felizmente eu recebi, agora, do Supremo (STF) a decisão de que eu estava certo. Ou seja, autonomia tem de ser praticada. Especificamente na questão que você pergunta: se essa autonomia seria até para eleger o reitor e se encerrar o processo no interior da universidade, eu diria que não. Defendo que haja nomeação porque acho que o Estado tem de estar presente dentro da universidade e essa presença se dá através do reitor que é indicado. Agora, a indicação não significa que a pessoa tenha de ser submissa, tenha de levar as políticas do governo.

Adusp - A verdade é que com essa prática o governo tem o poder de pressão, o controle efetivo da universidade.

Ibañez – Existe um certo poder de controle, um poder de pressão, não tenha dúvida. Então passa por se montar esse constrangimento para que os dirigentes acabem cunhando, digamos assim, com essa política. Mas eu acho que isso não é fundamental. O fato de a pessoa dizer que o processo se encerra dentro da universidade tornam ainda muito mais altos os muros da universidade. Quando o reitor sente as dificuldades de levar em frente as suas idéias, o seu projeto, é porque existem políticas que estão acima dele. Existe um Congresso, em que ele tem de batalhar para receber as verbas; ele

tem de lutar também contra o executivo, contra o executivo no sentido de fazer que ele reconheça o valor da sua universidade para ele ter mais verbas, para que ela seja reconhecida. No caso de ele ser completamente autônomo, ficaria praticamente responsável, do meu ponto de vista, por aquela comunidade, por aquela universidade. Acho que é importante essa ligação. Acho que o Estado tem de estar presente e essa presença se faz através da nomeação, mas não do constrangimento, da pressão.

Adusp – Mas o Estado não deveria estar presente incentivando a pesquisa e definindo um projeto que interessasse a toda a Nação, em vez de se preocupar com o controle do reitor?

Ibañez – Acho que alguém tem de cobrar também. Não se pode simplesmente deixar que a autonomia reivindique recursos e deixe esses recursos, por exemplo, para montar cursos de pós-graduação, que são fantásticos, mas pode vir a se esquecer das licenciaturas, sabendo que o Brasil precisa de uma infinidade de professores. Quem é que cobra isso daí? Não que hoje o Executivo esteja cumprindo... mas alguém tem de estar presente para fazer essas cobranças. Se a sociedade não está presente, alguém tem de estar. Se um dia a sociedade estiver presente para fazer essas cobranças, aí pode ser que mude, mas nesse momento eu mantenho essa minha posição.

Adusp - Qual a sua avaliação sobre o processo de eleição de

reitor na Universidade de São Paulo, que envolve, no máximo, 1.300 pessoas?

Ibañez – Aqui valem as minhas observações gerais. Ou seja, acho que a eleição ampla, que é a eleição direta, é a melhor forma de o reitor se sentir realmente representante da comunidade. Isso para mim é fundamental. Parto do princípio de que tem de haver eleição direta. A forma como se dá a operacionalização dessa eleição direta é que eu posso discutir. Mas tem de ter eleição direta.

Adusp – A USP poderia ser diferente, ter um outro projeto acadêmico, se optasse pela eleição direta do reitor?

Ibañez – Eu conheci os três últimos reitores da USP e acho que são pessoas com uma vontade muito grande de que a USP tenha um crescimento ainda maior e que tenha uma presença maior ainda na vida nacional, na vida do Estado de São Paulo. Então, não estamos questionando as pessoas, mas eu acho que a importância da eleição direta é justamente para dar essa representatividade. Volto a dizer e é importante frisar, só a eleição direta não resolve os problemas. Eu acho que tem de haver uma preparação da comunidade para que realmente a eleição direta seja uma parte do processo; que a comunidade sinta a necessidade e sinta a importância de participar da vida, do dia-a-dia da universidade. Se não o que vamos ter vai ser um reitor eleito ou um reitor nomeado, em que o que diferencia um do outro é o processo pelo qual foi indi-

cado, mas no dia-a-dia isso vai ser igual. Então, acho importante um processo de democratização que não fique restrito às eleições para reitor ou vice-reitor, e seja também uma discussão ampla sobre a participação dos nossos colegiados. Saber como a universidade se insere e se relaciona com a comunidade.

Adusp – Nós já chegamos a ter uma universidade que fosse próxima da população, com inserção na sociedade?

Ibañez – A universidade como um todo acho que não; talvez tenha havido algumas exceções, com determinados trabalhos e projetos, mas isso é muito localizado e muito restrito. Agora, essa desmobilização não é fruto só dos regimes de exceção que tivemos. O regime de hoje, a ditadura socioeconômica do mercado, também está levando todos os movimentos sociais ao desmantelamento ou, pelo menos, a um enfraquecimento muito grande.

Adusp – O governo age desta forma deliberadamente?

Ibañez – Certamente. Não tenho dúvidas de que esse projeto é para que isso aconteça e para atender o mercado. Nesse sentido, creio que os sindicatos têm um papel extremamente significativo no resgate de importantes questões, desde que não fiquem simplesmente aliados às questões estritamente fechadas, como por exemplo as entidades sindicais da universidade lutando só pela universidade. Acho que têm de estar muito mais abertos à importância da

universidade dentro da vida social e o que é que ela pode significar; qual o potencial que ela tem dentro da vida social, etc.

Adusp – Como tem sido a sua relação com o Sindicato dos Professores do Distrito Federal?

Ibañez – O relacionamento tem sido cordial e respeitoso, mas é claro que existem problemas sérios. O sindicato reivindica salários que o governo Democrático Popular (Cristóvam Buarque/PT) deu no primeiro ano de gestão, talvez sem ter podido dar, e em consequência disso está sofrendo muito. Por outro lado, nos sentimos afogados pelo governo federal, uma vez que é ele quem repassa as verbas que são definidas em uma negociação um tanto desfavorável, porque o governo federal tem ferramentas para pressionar.

Adusp – Possivelmente as mesmas ferramentas que ele usa para pressionar as universidades que controla.

Ibañez – Não sei!

Adusp - Os diretores de escolas do DF são eleitos de forma democrática?

Ibañez - Já no primeiro ano de governo encaminhamos um projeto de lei à Câmara Distrital para aprovar a eleição dos diretores. Foi um fato muito importante. O mais significativo foi a forma como foi montado esse projeto de lei. Houve discussão com as entidades estudantis, com os professores, com os servidores e ainda com pais. E depois, finalmente, na Câmara

Distrital, também houve negociação com o poder legislativo. Então, acho que foi um projeto montado conjuntamente com a sociedade, de tal forma que, uma vez negociado, não houve qualquer problema na aprovação. Foi um bom aprendizado de como se deve trabalhar do ponto de vista democrático.

Adusp – Esta relação democrática facilita ou dificulta o trabalho do dirigente?

Ibañez – Eu diria que, para nós dirigentes, é mais difícil trabalhar com as pessoas que foram eleitas, porque elas têm o respaldo da comunidade. Nesse sentido, portanto, é mais difícil, mas temos de aprender a trabalhar com isso daí. De certa forma, o dirigente tem um projeto político-pedagógico e quer que esse projeto seja levado à frente. Ocorre que ele tem de respeitar as eleições, a posição dos diretores, a conviver com as contradições que surgem.

Adusp– Acredito que essa sua resposta explica, em parte, o porquê de os governos federal e estaduais não abrirem espaços para que haja eleição direta.

Ibañez – É mais difícil, não tenho dúvida, e o dirigente não consegue impor a sua vontade. É um processo de diálogo, um processo de convencimento, um processo de consulta.

Adusp - Mas, enquanto construção da cidadania é muito mais justo.

Ibañez – Acho que é mais solidário. 